

**UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ
DIRETORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO: MÉTODOS E TÉCNICAS DE ENSINO**

ROSIMÉRY TERESINHA BALESTIERI CAETANO

**A INCLUSÃO: O ALUNO CEGO E A FORMAÇÃO DE PROFESSORES
NO ENSINO FUNDAMENTAL II**

MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO

MEDIANEIRA

2012

ROSIMERY TERESINHA BALESTIERI CAETANO



**A INCLUSÃO: O ALUNO CEGO E A FORMAÇÃO DE PROFESSORES
NO ENSINO FUNDAMENTAL II**

Monografia apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Especialista na Pós Graduação em Educação: Métodos e Técnicas de Ensino, Modalidade de Ensino a Distância, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR – Câmpus Medianeira.

Orientadora: Prof. Msc Neusa Idick Sherpinski

MEDIANEIRA

2012



TERMO DE APROVAÇÃO

A INCLUSÃO: O ALUNO CEGO E A FORMAÇÃO DE PROFESSORES NO ENSINO FUNDAMENTAL II

Por

ROSIMÉRY TERSINHA BALESTIERI CAETADO

Esta monografia foi apresentada às 10:20 h do dia 01 de dezembro de 2012 como requisitos parcial para a obtenção do título de Especialista no Curso de Especialização em Educação: Métodos e Técnicas de Ensino, Modalidade de Ensino a Distância, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Câmpus Medianeira. O candidato foi argüido pela Banca Examinadora composta pelos professores abaixo assinados. Após deliberação, a Banca Examinadora considerou o trabalho

Prof^a. M.Sc. Neusa Idick Sherpinski
UTFP - Câmpus Medianeira
(orientadora)

Prof^a. M. Sc. Priscila Pigatto Gasparin
UTFPR – Câmpus Medianeira

Prof^a. M.Sc. Marlene Magnoni Bortoli
UTFPR – Câmpus Medianeira

Dedico esta pesquisa aos meus pais, pelo amor que me dedicaram e por não medirem esforços para me proporcionar uma boa educação.

AGRADECIMENTOS

A Deus pelo dom da vida, pela fé e perseverança para vencer os obstáculos.

Ao meu esposo e filhos pela dedicação, incentivo e paciência nessa fase do curso de pós-graduação.

À minha amiga Sônia Mazur e companheira de estudos que, muitas vezes, disponibilizou o seu tempo para compartilhar trabalhos durante o curso de pós-graduação.

À minha orientadora professora *MSc Neusa Idick Sherpinsk*, que me orientou, pela sua disponibilidade, interesse e receptividade com que me recebeu e pela prestabilidade com que me ajudou.

Agradeço aos pesquisadores e professores do curso de Especialização em Educação: Métodos e Técnicas de Ensino, professores da UTFPR, Câmpus Medianeira.

Agradeço aos tutores presenciais e a distância que nos auxiliaram no decorrer da pós-graduação.

Aos professores do Colégio Estadual Costa Monteiro do município de Nova Esperança, pela disponibilidade em responder o questionário de pesquisa e especialmente a professora regente que gentilmente aceitou e permitiu a observação de suas aulas, sem os quais não seria possível a conclusão deste trabalho.

Enfim, sou grata a todos que contribuíram de forma direta ou indireta para realização desta monografia.

“A inclusão se apóia na idéia de que somos iguais, porque diferimos uns dos outros e de que a diferença se diferencia infinitamente”.

(MANTOAN)

RESUMO

CAETANO, Rosiméry Teresinha Balestieri. **A Inclusão: O Aluno Cego e a Formação de Professores no Ensino Fundamental II**. 2012. 36 f. Monografia (Especialização em Educação: Métodos e Técnicas de Ensino). Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Medianeira, 2012

Este trabalho teve como temática a inclusão do aluno cego e as dificuldades que os professores encontram ao se deparar com os portadores de necessidades especiais na sala de aula. Sem ter a formação adequada e o material pedagógico apropriado para atendê-los, conforme a sua necessidade específica, estes se sentem incapazes e abandonados diante dessa situação. Na realidade, cada aluno exige do professor práticas pedagógicas e tempos de relação interpessoal diferenciados, já que tem uma demanda particular em termos de metodologia de ensino e de aprendizagem que exige do professor uma atenção especial. Através dessa constatação, verificou-se a necessidade de uma reflexão sobre o processo de inclusão nas escolas públicas, a falta de formação de professores para lidar com a deficiência visual, as melhorias que podem ser realizadas em relação ao seu atendimento e a formação continuada de professores.

Palavras-chave: Metodologia adequada, Igualdade de condições, Formação continuada, Criatividade, Autonomia.

ABSTRACT

CAETANO, Rosiméry Teresinha Balestieri. **The Inclusion: The Blind Student and Teacher Training in Elementary Education II**. 2012. 36 f. Monografia (Especialização em Educação: Métodos e Técnicas de Ensino). Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Medianeira, 2012.

This work was subject to inclusion of blind students and the difficulties that teachers encounter when faced with those with special needs in the classroom. Without adequate training and teaching materials appropriate to serve them, according to your specific need, they feel helpless and abandoned in this situation. In reality, each student requires the teacher pedagogical practices and different times of interpersonal relationship, as it has a particular demand in terms of teaching methodology and learning that requires special attention from the teacher. Through this observation, there was a need for a reflection on the process of inclusion in public schools, lack of teacher training in dealing with visual impairments, the improvements that can be made about their care and continuing education of teachers .

Keywords: Appropriate methodology, Equal conditions, Continuing training, Creativity, Autonomy.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Quadro de Recursos Pedagógicos Utilizados na Disciplina de Matemática, 2012.....	18
Figura 2 - Localização Geográfica do Município de Nova Esperança.....	20
Figura 3 - Localização do Colégio Estadual Costa Monteiro no Município de Nova Esperança.....	21
Figura 4 – Promoção De Condições Materiais e Pedagógicas Por Parte do Governo Para Inclusão – Colégio Estadual Costa Monteiro – Nova Esperança, 2012.....	26
Figura 5 – Qualificação Do Professor Para Trabalhar Com a Inclusão – Colégio Estadual Costa Monteiro – Nova Esperança, 2012.....	27
Figura 6 – Cumprimento Da Escola Pública Como Escola Inclusiva- Colégio Estadual Costa Monteiro – Nova Esperança, 2012.....	28
Figura 7 - O Preparo Do Professor Para Trabalhar Com o Aluno Cego – Colégio Estadual Costa Monteiro – Nova Esperança, 2012.....	28
Figura 8 - Necessidade Especial Mais Difícil De Ser Trabalhada com o Aluno Inclusivo- Colégio Estadual Costa Monteiro – Nova Esperança, 2012.....	29
Figura 9 - Quem Deve Suprir a Falta De Formação Do Professor Para Trabalhar Com o Aluno Inclusivo – Colégio Estadual Costa Monteiro- Nova Esperança, 2012...	30

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	11
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	13
2.1 EDUCAÇÃO INCLUSIVA.....	13
2.2 TÉCNICAS DE COMUNICAÇÃO DO PROFESSOR COM O ALUNO INCLUSIVO.....	14
2.3 O COMPORTAMENTO DO ALUNO CEGO DIANTE DA FALTA DE ESTÍMULOS	16
2.4 A CURIOSIDADE DOS COLEGAS EM RELAÇÃO AO ALUNO CEGO	16
2.5 RECURSOS PEDAGÓGICOS ADEQUADOS AO ALUNO CEGO	17
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA	20
3.1 LOCAL DA PESQUISA	20
3.2 TIPO DE PESQUISA.....	21
3.3 COLETA DOS DADOS	22
3.4 ANÁLISE DOS DADOS	23
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	24
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	31
REFERÊNCIAS	33
APÊNDICE.....	34

1 INTRODUÇÃO

A legislação permite a inclusão de aluno cego no ensino regular, mas não existe nas graduações a formação necessária para qualificar os professores que estão atuando em sala de aula, orientação pedagógica e material pedagógico apropriado para o atendimento a esses alunos. O direito de aprender é garantido por lei, mas a lei em si não garante condições de aprendizagem eficiente.

Segundo, as Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica, os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais: o currículo, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específica, para atender as suas necessidades. A legislação também deve garantir professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores de ensino regular capacitados para a integração desses alunos nas classes comuns.

A realidade existente nas escolas não condiz com o que está estabelecido na lei. Elas estão encontrando dificuldades para cumprir a legislação. Os alunos inclusos nas salas de aula comuns não encontram currículos adaptados à sua deficiência e professores capacitados que tenham conhecimento especializado e que possam realizar trabalhos para que o mesmo desenvolva a sua capacidade cognitiva e autonomia. Portanto a inclusão não está acontecendo conforme o esperado. O aluno, muitas vezes, está como um mero espectador na sala de aula, sem que haja o real acréscimo na sua aprendizagem.

A falta de formação de professores que atuam nas salas de aula do ensino regular compromete o processo de ensino-aprendizagem por falta de metodologias, técnicas e recursos adequados à especificidade do aluno deficiente, comprometendo o desenvolvimento das capacidades cognitivas e a sua integração no ambiente escolar.

O desenvolvimento dessa pesquisa é direcionado ao estudo das dificuldades, dos recursos didáticos adequados e disponíveis no estabelecimento, oferecido aos alunos com dificuldade visual. Recursos materiais e pedagógicos que irão favorecer o acesso aos conhecimentos e que poderão fundamentar os professores do ensino regular na orientação das suas práticas pedagógicas em sala de aula.

A decisão de realizar a pesquisa abordando a realidade da inclusão, dos recursos adequados ao aluno cego, na disciplina de matemática e da inclusão de modo geral, foi motivada pela experiência observada na prática pedagógica que é realizada atualmente, especialmente no Colégio Estadual Costa Monteiro, no município de Nova Esperança, levando a uma reflexão sobre o assunto.

Como professora de matemática, atuando em sala de aula, observa-se a dificuldade em se trabalhar com o aluno incluído. A partir do segundo semestre do ano letivo de 2011, assumindo uma turma da 5ª série (6º ano), foi informada a professora regente de que havia um aluno cego nesta sala e os únicos materiais pedagógicos que disponíveis na escola era o livro didático em braille e a máquina de escrever na mesma linguagem e que a mesma era emprestada. Estas foram às orientações recebidas sobre este aluno.

A realidade encontrada foi uma classe com 36 alunos e a preocupação maior não era a quantidade de alunos, mas a qualidade de ensino que seria possível desenvolver com esta turma. Havia alunos com dificuldades de aprendizagem que também necessitavam de muita atenção, o aluno cego tinha muita dificuldade em fazer a leitura em braille e o restante da turma não tinha paciência e compreensão. Foi uma situação complicada, pois não tendo formação para trabalhar com aluno incluído e diante das dificuldades de aprendizagem encontradas, a falta de conhecimento sobre como este aprende, a falta de material pedagógico e principalmente falta de orientação, dificultou o trabalho em sala de aula.

O desenvolvimento cognitivo de uma criança cega é bastante complexo, ele depende da visão do professor, da explicação detalhada, de métodos e materiais pedagógicos apropriados para a construção do conhecimento e para a sua autonomia.

Esta pesquisa tem como objetivo possibilitar a reflexão sobre o processo de inclusão nas escolas públicas, especialmente no Colégio Estadual Costa Monteiro no município de Nova Esperança e a contribuição para que os professores que não tenham formação específica possam desenvolver um trabalho que dê aos alunos cegos melhores oportunidades de aprendizagem, possibilitando a utilização de métodos, técnicas e recursos adequados, na disciplina de matemática.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A educação inclusiva se baseia na igualdade e na diferença, garantindo uma educação de qualidade para todos, respeitando as diferenças de cada pessoa, independente da cor, credo religioso, do sexo, da deficiência física e de outras diferenças, todos são considerados iguais.

Para Mantoan (2010, p.13) " A inclusão se apóia na idéia de que somos iguais, porque diferimos uns dos outros e de que a diferença se diferencia infinitamente".

De acordo com Sassaki (1997, p.41), a inclusão define-se como:

É o processo pelo qual, a sociedade se adapta, para poder incluir, em seus sistemas sociais gerais, pessoas com necessidades especiais e, simultaneamente, estas se preparam para assumir seus papéis na sociedade. A inclusão constitui-se, então, um processo bilateral, no qual as pessoas, ainda excluídas buscam, em parceria, equacionar problemas, decidir soluções e efetivar a equiparação de oportunidades para todos..

A educação inclusiva recebe todas as pessoas que são discriminadas, sem exceção. As leis que regulamentam a inclusão e a educação especial são: Segundo a Constituição Federal de 1988, art.3º, inciso IV, um dos objetivos é "promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação". Estabelece o art. 205, "a educação como um direito de todos, garantindo o pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho" e o art. 206, inciso I, determina a "igualdade de condições de acesso e permanência na escola" como um dos fundamentos para a escola.

Segundo a Lei nº 9394/96 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional-1996, art.58 - "Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais", e o art. 59, assegura aos educandos com necessidades especiais, currículos, métodos,

técnicas, recursos educativos e organização específica para atender às suas necessidades.

A inclusão do aluno cego acontece quando são aplicados métodos, técnicas e recursos adequados a sua especificidade, na qual faz desenvolver habilidades, autonomia e interação com os colegas, garantindo assim, sucesso no processo ensino-aprendizagem.

É importante lembrar, para que esses alunos tenham uma educação de qualidade é necessário que haja a capacitação dos professores do ensino regular, como diz a Lei nº 9394/96, art.59, que os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais: parágrafo III, "professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns".

2.2 TÉCNICAS DE COMUNICAÇÃO DO PROFESSOR COM O ALUNO CEGO

A maioria dos professores que trabalham no ensino regular não está preparada para receberem alunos com necessidades educacionais especiais, não têm formação pedagógica adequada para dar atendimento às diferentes deficiências.

Ao receber um aluno cego, o professor deverá se interar de como acontece a aprendizagem deste aluno, e quais são os métodos e técnicas que facilitarão a sua aprendizagem. Segundo Sá, et al.,(2007, p.22):

A falta da visão desperta curiosidade, interesse, inquietações e não raro provoca grande impacto no ambiente escolar. Costuma ser abordada de forma pouco natural e pouco espontânea porque os professores não sabem como proceder em relação aos alunos cegos. Eles manifestam dificuldade de aproximação e de comunicação, não sabem o que fazer e como fazer. Nesse caso, torna-se necessário quebrar o tabu, dissipar os fantasmas, explicitar o conflito e dialogar com a situação. Somente assim será possível assimilar novas atitudes, procedimentos e posturas.

A comunicação oral é uma das formas mais importantes para efetivação do processo ensino-aprendizagem. Ao se comunicar com o aluno o professor deve

nomear, denominar, explicar e descrever, de forma clara e direta todas as situações que necessitam da visualização. As anotações feitas no quadro negro e as menções em relação à localização espacial devem ser comunicadas verbalmente e não podem ser gesticuladas, deve utilizar à direção direita e esquerda e como referência a posição do aluno.

Por não ter a visão, o aluno estimula os outros sentidos freqüentemente, a audição seleciona e codifica os sons que tem significado e que são úteis e o olfato, o paladar e o tato funcionam juntos.

O sistema háptico é o tato ativo, quando o aluno quer tocar um objeto ou uma superfície, ele tem impressões, sensações e vibrações que são coletadas, no qual, ocorre uma interpretação das informações e depois são mandadas para o cérebro. Este é um dos meios mais importantes de obter informações. Na perspectiva de Sá, et al.,(2010, p.35):

A discriminação tátil é uma habilidade básica que deve ser desenvolvida em crianças com cegueira de forma contextualizada e significativa. O tato é uma via alternativa de acesso e processamento de informações que não deve ser negligenciada na educação. O sistema háptico é composto por receptores cutâneos e cinestésicos pelos quais as informações provenientes do meio são conduzidas ao cérebro para serem interpretadas e decodificadas.

Cada aluno desenvolve os seus próprios códigos, que formam imagens na sua mente. A compreensão das informações, a habilidade para entender e interpretar será maior de acordo com as experiências, a clareza, a simplicidade e a forma como explora e é estimulado.

Para que aconteça o processo ensino-aprendizagem é importante que haja a obtenção de informações através dos sentidos que sobraram, ou seja, a audição, o tato, o paladar e o olfato, são preciosas formas de informações que serão encaminhados até o cérebro.

2.3 O COMPORTAMENTO DO ALUNO CEGO DIANTE DA FALTA DE ESTÍMULOS

Para trabalhar com o aluno cego num processo de aprendizagem é importante que o professor seja capaz de motivá-lo em sua ação pedagógica. A falta

de estímulos gera a passividade, a inibição impossibilitando a produção de conhecimento. Conforme afirma Sá et al.,(2007, p.21):

A falta de conhecimento, de estímulos, de condições e de recursos adequados pode reforçar o comportamento passivo, inibir o interesse e a motivação. A escassez de informação restringe o conhecimento em relação ao ambiente. Por isso, é necessário incentivar o comportamento exploratório, a observação e a experimentação para que estes alunos possam ter uma percepção necessária ao processo de análise e síntese.

Para que a aprendizagem seja completa e significativa é importante que o aluno cego seja capaz de utilizar todos os seus sentidos remanescentes. Estes são importantes canais de informações que contribuem para a facilidade do desenvolvimento cognitivo.

2.4 A CURIOSIDADE DOS COLEGAS EM RELAÇÃO AO ALUNO CEGO

Ter um aluno cego em sala de aula não é algo comum. Essa possibilidade gera uma série de situações que exigem do professor habilidade e atitude adequada. É necessário criar um ambiente de acolhimento e sem discriminação, abordando o assunto de forma natural e esclarecedora. Para Sá et al.,(2007, p.22):

Os educadores devem estabelecer um relacionamento aberto e cordial com a família dos alunos para conhecer melhor suas necessidades, hábitos e comportamentos. Devem conversar naturalmente e esclarecer dúvidas ou responder perguntas dos colegas na sala de aula. Todos precisam criar o hábito de evitar a comunicação gestual e visual na interação com esses alunos. É recomendável também evitar a fragilização ou a superproteção e combater atitudes discriminatórias.

As necessidades decorrentes das limitações visuais não devem ser confundidas com concessões ou necessidades fictícias. Para isso, é importante estar atento em relação aos nossos preconceitos, gestos, atitudes e posturas, revendo nossas práticas convencionais, aceitando as diferenças como um desafio a ser vencido como uma ação natural das potencialidades humanas.

2.5 RECURSOS PEDAGÓGICOS ADEQUADOS AO ALUNO CEGO

Algumas atividades devem ser adaptadas antecipadamente e outras devem ser descritas, através de informações táteis, olfativas, auditivas ou qualquer forma que o aluno possa ter como referência o ambiente. Conforme descreve Sá et al.,(2007, p.26):

A predominância de recursos didáticos eminentemente visuais ocasiona uma visão fragmentada da realidade e desvia o foco de interesse e de motivação dos alunos cegos e com baixa visão. Os recursos ao Atendimento Educacional Especializados desses alunos devem ser inseridos em situações e vivências cotidianas que estimulem a exploração e o desenvolvimento pleno dos outros sentidos. A variedade, adequação e a qualidade dos recursos disponíveis possibilitam o acesso ao conhecimento, à comunicação e à aprendizagem significativa.

Os símbolos, os esquemas e diagramas contidos nas disciplinas devem ser descritos oralmente, os desenhos, os gráficos e as ilustrações devem ser representadas em alto relevo.

Os jogos pedagógicos, equipamentos, recursos tecnológicos contribuem para a aprendizagem e são agradáveis, propiciam um ambiente de cooperação e de reconhecimento das diferenças. Os sólidos geométricos e os jogos de encaixe, podem ser utilizados sem que haja adaptações.

O professor pode construir recursos e jogos didáticos com materiais baratos e utilizar objetos descartáveis, como: embalagens de diferentes formas, frascos, tampas de vários tamanhos, retalhos de papéis e tecidos com diferentes texturas, botões, palitos, barbantes, sementes e diversos tipos de materiais. Segundo Sá et al., (2007), “ com bom senso e criatividade, é possível selecionar, confeccionar ou adaptar recursos abrangentes ou de uso específico”. Na confecção de recursos didáticos, é necessário que o professor tenha o cuidado de desenvolver nos alunos os estímulos visuais e táteis, utilizando cores contrastantes, texturas e tamanhos adequados para que se torne útil e significativo, promovendo, assim, a comunicação e o entrosamento entre os mesmos. O material utilizado na confecção do recurso pedagógico não deve causar rejeição ao ser manuseado, deve ser resistente, simples e fácil de manusear e não pode ser perigoso para os alunos. Utilizando

materiais recicláveis pode ser construída uma diversidade de recursos. Conforme a Figura 1.

Material	Descrição
Medidor	Garrafas plásticas de água mineral cortadas, com capacidade para um litro e meio.
Caixa de Números	Caixas de plástico ou de papelão contendo miniaturas.
Fita métrica adaptada	Com marcações na forma de orifícios e pequenos recortes.
Brincando com as frações	Representação de frações utilizando embalagens de pizza e bandejas de isopor.
Figuras Geométricas em relevo	Confeccionadas com emborrachado, papelão e outros.
Baralho	Adaptado com inscrição em Braille do número e naipe.
Jogo de dama	Adaptado com velcro.
Jogo da velha	Adaptado com peças de encaixe ou imantadas.
Resta um	Adaptado com embalagem de ovos e bolinhas de isopor.
Figuras Geométricas não planas	Construídas com varetas, massa de modelar e papel.
Maquetes de cidade	Feitas com caixas e material reciclável.
Sorobã	Instrumento utilizado para fazer cálculos e operações matemáticas.

Figura 1- Quadro com Recursos Pedagógicos Utilizados na Disciplina de Matemática
Fonte: MEC/SEEP, 2007.

As escolas que tiverem acesso aos meios informáticos, também poderão utilizá-los através de atividades que possibilitam a comunicação, a pesquisa e o conhecimento.

Os alunos cegos podem e devem participar de quase todas as atividades que envolvam criatividade, confecção de material e cooperação entre os alunos.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

3.1 LOCAL DA PESQUISA

Esta pesquisa foi realizada com professores que atuam no município de Nova Esperança – Paraná, no Colégio Estadual Costa Monteiro.

O município de Nova Esperança está localizado no noroeste do estado do Paraná, latitude sul 23° 11' 49" e longitude oeste 52° 13' 17". A Figura 2 ilustra a localização do município de Nova Esperança.



Figura 2 – Localização Geográfica do Município de Nova Esperança
Fonte: Prefeitura Municipal de Nova Esperança

O Colégio Estadual Costa Monteiro está situado no município de Nova Esperança, na rua República do Líbano número 503, na região central da cidade. O Colégio Estadual Costa Monteiro é uma escola considerada de médio porte. Oferece ensino fundamental séries finais, nos períodos matutino e vespertino e EJA (Educação de Jovens e Adultos) no período noturno, com ensino fundamental e médio nas modalidades coletiva e individual por disciplina, Sala de Recurso Multifuncionais – S.FI. EM, com um total de 27 turmas. Estão matriculados nos três períodos um total de 769 alunos. Oferece também atividade complementar, Espanhol – Básico, nos períodos vespertino e noturno, um total de quatro turmas, com 100 alunos matriculados.

A Figura 3 ilustra a localização geográfica do Colégio Estadual Costa Monteiro.



Figura 3 – Localização do Colégio Estadual Costa Monteiro, no Município de Nova Esperança.
Fonte: Portal dia a dia Educação – Educadores - 2012

3.2 TIPO DE PESQUISA

Esta pesquisa realizou-se com a utilização da técnica da pesquisa bibliográfica, pesquisa de campo e aplicação de questionário.

A pesquisa bibliográfica fornece dados e opiniões sobre os trabalhos já realizados sobre o assunto. Segundo (Marconi e Lakatos, 2010, p. 166):

A pesquisa bibliográfica, ou de fontes secundárias, abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, material cartográfico etc..., até meios de comunicação oral: rádio, gravações em fita magnética e audiovisuais: filmes e televisão.

A pesquisa de campo, realizou-se através da observação e questionamento, obtendo-se informações sobre os recursos pedagógicos que o professor utiliza em

sala de aula com o aluno cego. A observação é uma técnica importante para a investigação científica. Conforme descreve (Marconi e Lakatos, 2010, p.173,174):

A observação é uma técnica de coleta de dados para conseguir informações e utiliza os sentidos na obtenção de determinados aspectos da realidade[...]
É um elemento básico de investigação científica, utilizado na pesquisa de campo e se constitui na técnica fundamental da Antropologia.

Na pesquisa de campo, utilizou-se também, o questionário para coletar dados sobre a formação e o preparo dos professores com relação a inclusão.

O questionário é um meio de se obter dados através de um conjunto de perguntas que se apresentam em ordem. Segundo Marconi e Lakatos (2010, p.184) "Questionário é um instrumento de coleta de dados, constituído por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador".

3.3 COLETA DOS DADOS

Utilizando o sistema escola via Portal dia a dia Educação/Educadores teve início a coleta de dados referente ao Colégio Estadual Costa Monteiro do município de Nova Esperança, verificando o número de matrículas para o ano letivo de 2012, número de turmas, professores regentes, localização da escola/colégio, grau e modalidade de ensino ofertado, período de funcionamento do estabelecimento e mapa de localização no município (Figura 3).

Realizou-se a coleta de dados a partir da aplicação de questionários(Apêndice A) para 22 professores de praticamente todas as disciplinas, constituído de dados pessoais dos entrevistados e de questões que achamos relevantes para respostas às nossas inquietações. Esses questionários foram digitados, impressos e distribuídos aos mesmos, justificando o porquê de tal pesquisa, o que nos motivou e os objetivos que se pretende alcançar com a sua realização. Estipulamos um tempo máximo de quatro dias para o seu recolhimento.

A observação aconteceu com autorização da professora, durante quatro aulas, no qual foram obtidos dados sobre o número de alunos dessa classe, os recursos

pedagógicos utilizados, os materiais pedagógicos do aluno e o envolvimento do mesmo durante as aulas.

3.4 ANÁLISE DOS DADOS

A partir da coleta dos questionários e da observação realizada foi feita a análise dos resultados. De posse dos questionários respondidos pelos professores do Colégio Estadual Costa Monteiro de Nova Esperança, foi realizada a tabulação dos dados e a sua organização em tabelas e gráficos, levando-se em consideração as alternativas assinaladas em cada questão e a sua justificativa quando solicitada.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa de campo realizada através do questionário teve a participação de 22 professores da Escola Estadual Costa Monteiro no município de Nova Esperança em um universo de 57 professores. Os professores que participaram da pesquisa têm entre 22 a 59 anos de idade, no qual, 17 deles são do sexo feminino e cinco deles são do sexo masculino. Os educadores são de diferentes disciplinas, tais como: Matemática, Artes, Português, Inglês, Espanhol, História, Geografia, Ciências e Educação Física.

Entre os 22 professores, 18 têm formação universitária completa e especialização, 3 têm formação universitária completa e 1 com formação universitária incompleta. A maioria dos professores trabalha na escola pública como QPM (Quadro Próprio do Magistério) e possuem tempo de serviço variando entre um ano e 25 anos.

Ao analisar os questionários, verificou-se que a maioria dos professores não concorda que o governo promove condições materiais e pedagógicas para que os alunos com necessidades especiais sejam realmente integrados no processo ensino-aprendizagem nas escolas públicas efetivamente e grande parte deles discordam que as escolas públicas estão cumprindo a sua função social de escola inclusiva. Estamos no caminho mas ainda existe muito a ser construído.

A maioria dos professores não teve disciplinas específicas, durante a graduação, que os qualificam para trabalhar com aluno incluso. Grande parte deles não se sente preparados para trabalhar e dar atendimento ao aluno cego e a maioria acha que é mais complicado trabalhar com o aluno que tenha necessidade especial mental.

Os professores dividiram as suas opiniões com relação a quem deveria suprir a falta de formação do professor para trabalhar com o aluno incluso, adequando-o corretamente. Uma parte acha que o governo, as universidades e o professor deveriam fazer cada um a sua função e outros responsabilizam o governo para dar a formação adequada aos professores.

A pesquisa de campo através da observação foi realizada com a aprovação da professora de matemática, durante 4 aulas. Esta educadora é substituta da professora regente e é a segunda vez que acontece a troca de professores

substitutos. Quando a professora assumiu a turma não teve orientação pedagógica suficiente e não foi comunicada de que havia um aluno cego na sala de aula. A turma conta com 31 alunos. Eles são muito agitados, alguns com dificuldade de aprendizagem pela falta de concentração. O conteúdo que a professora está trabalhando em sala de aula é equação do 1º grau com duas incógnitas. Durante as aulas verificou-se que a mesma não estava preparada para trabalhar com o aluno cego, pois, não tinha metodologia e recursos pedagógicos apropriados a especificidade do aluno.

O aluno cego não tem a máquina de escrever em braille, pois, a mesma é do município e está quebrada. Segundo a orientadora foi solicitada uma nova máquina para o núcleo de Paranaíba e a resposta que obtiveram foi de que a Secretaria de Estado da Educação (SEED), no momento não poderia comprá-la. O aluno além de não ter a máquina apropriada, também não estava com o livro traduzido especificamente para a sua necessidade. A professora não tem conhecimento do material que a escola possui para dar atendimento a esse aluno. Observou-se que este aluno está integrado com relação aos colegas de sala de aula, participa da aula quando solicitado, mas não faz nenhuma atividade individual ou em grupo. Está na sala de aula como um mero ouvinte.

Obteve-se a informação através da orientação pedagógica da escola de que este aluno está faltando demais as aulas e que o mesmo sente-se desmotivado e a família não o incentiva a vir as aulas.

Percebe-se que não houve melhora com relação ao atendimento e os recursos pedagógicos com este aluno de um ano para o outro, verificou-se, na verdade, o seu desânimo através do aumento de faltas.

A legislação garante o acesso e a permanência do aluno incluso no ensino regular, proporcionando-lhe recursos educativos para atender as suas necessidades específicas. Registra-se que o mesmo não acontece segundo a maioria das opiniões dos professores, como podemos visualizar o resultado representado na Figura 4.

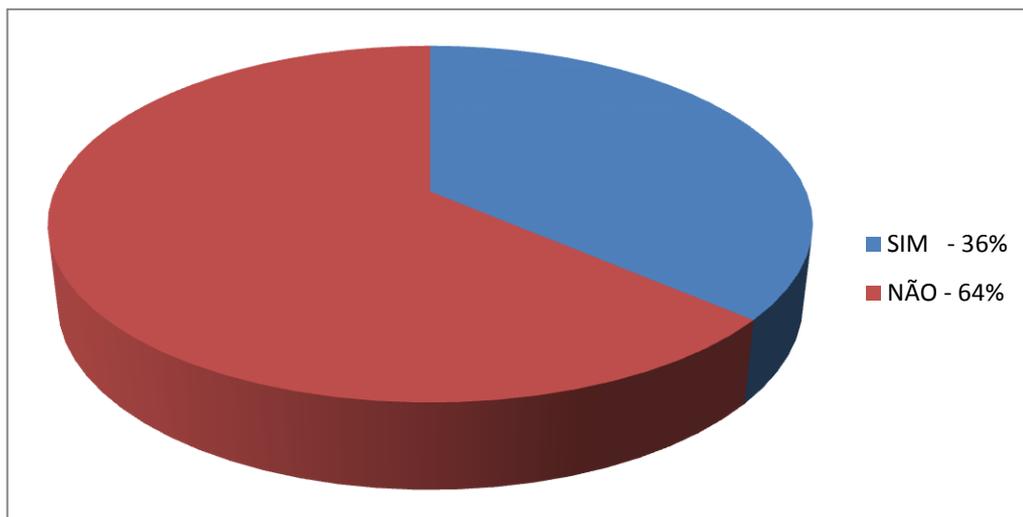


Figura 4 – Promoção De Condições Materiais e Pedagógicas Por Parte Do Governo Para a Inclusão No Colégio Estadual Costa Monteiro- Nova Esperança, 2012.

A legislação também deve garantir professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores de ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns. Durante a graduação verificamos que a maioria dos professores não teve disciplinas específicas que os qualificassem para trabalhar com o aluno incluso. Indicamos esse fato através da Figura 5.

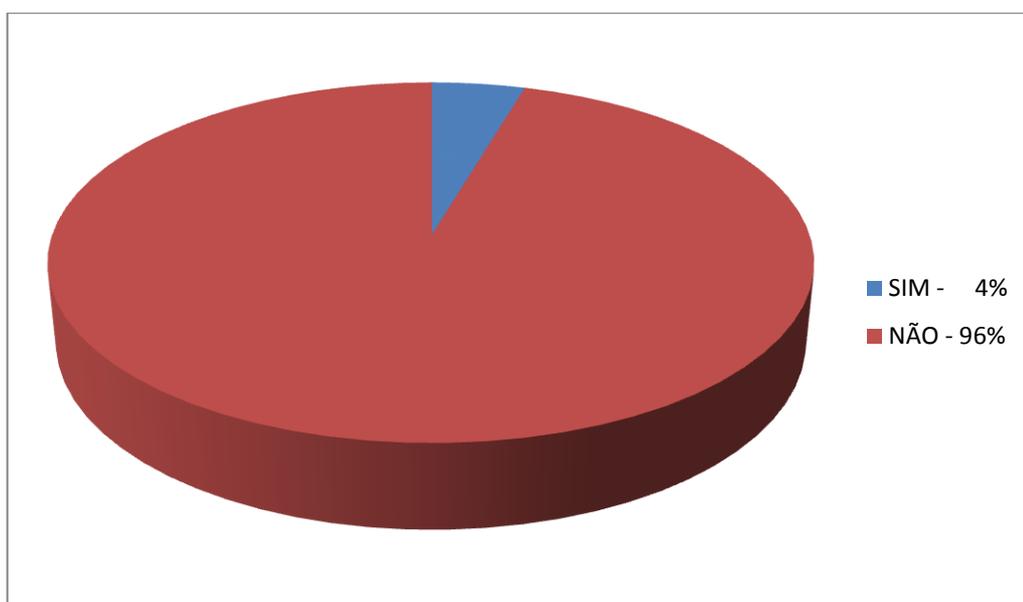


Figura 5 –Qualificação Dos Professores Para Trabalhar Com a Inclusão No Colégio Estadual Costa Monteiro – Nova Esperança, 2012.

As escolas públicas devem assegurar aos alunos com necessidades especiais uma educação igualitária, ou seja, uma educação com qualidade, na qual, o aluno possa desenvolver suas capacidades cognitivas e estar integrado no meio escolar. Verificamos que a maioria dos professores entrevistados não concorda que as escolas públicas estão cumprindo a sua função social de escola inclusiva. Registramos as opiniões desses professores através da Figura 6.

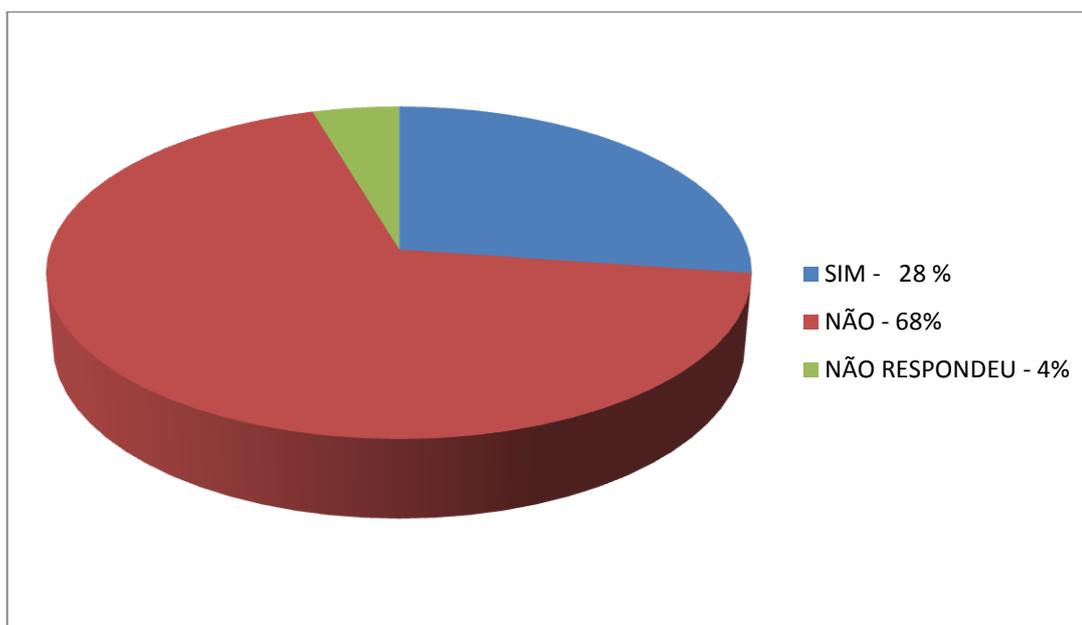


Figura 6 – Cumprimento Da Escola Pública Como Escola Inclusiva – Colégio Estadual Costa Monteiro – Nova Esperança, 2012.

Para trabalhar com o aluno cego o professor deve estar interado de como acontece a aprendizagem desse aluno, as técnicas de comunicação e os recursos que devem ser utilizados para o seu desenvolvimento cognitivo e para a sua autonomia. A maioria dos professores não se sente preparados para trabalhar e dar atendimento ao aluno cego como podemos verificar na Figura 7.

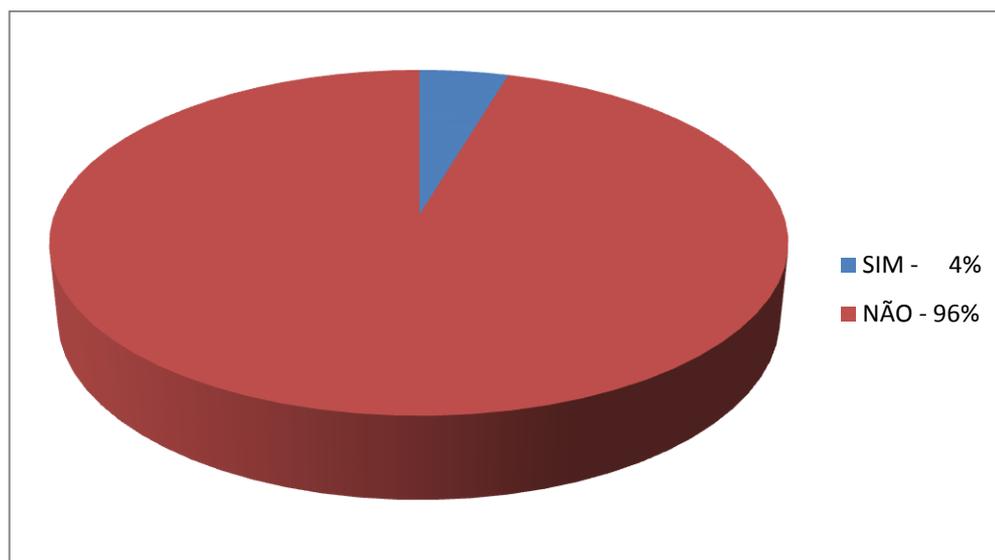


Figura 7 – Preparo Do Professor Para Trabalhar Com Aluno Cego – Colégio Estadual Costa Monteiro – Nova Esperança, 2012.

Os alunos com necessidades especiais distintas necessitam do professor um trabalho diferenciado. Segundo Rosa (2004), “a realidade é que cada um destes alunos exige do professor práticas pedagógicas e tempos de relação interpessoal diferenciados, já que cada um deles tem uma demanda particular em termos de metodologia de ensino e de aprendizagem que exige do professor uma atenção especial”. Registramos que grande parte dos professores entrevistados acha que entre as necessidades especiais é mais complicado trabalhar com o aluno que tem a dificuldade mental, como podemos visualizar na Figura 8.

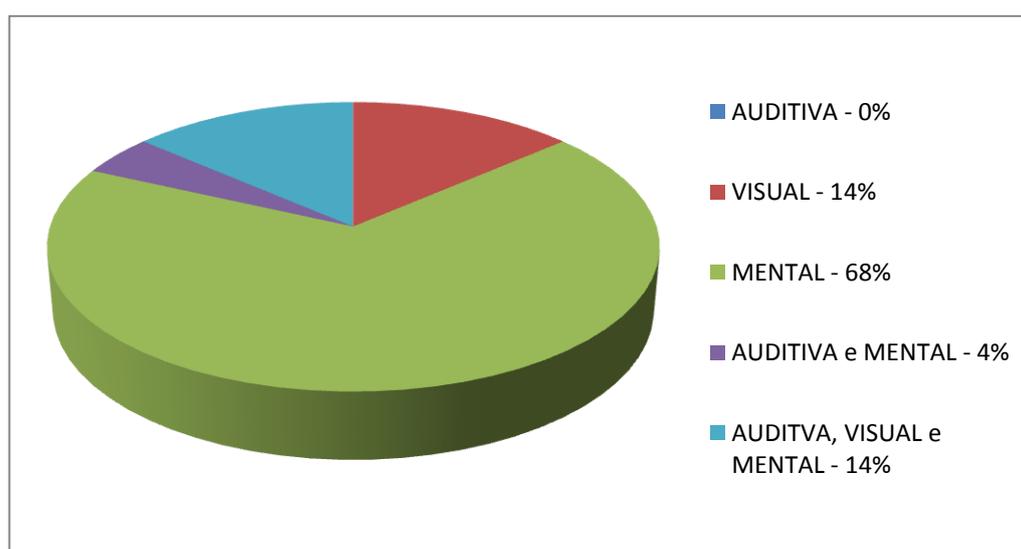


Figura 8 – Necessidade Especial Mais Difícil De Ser Trabalhada Com o Aluno Inclusivo- Colégio Estadual Costa Monteiro – Nova Esperança, 2012

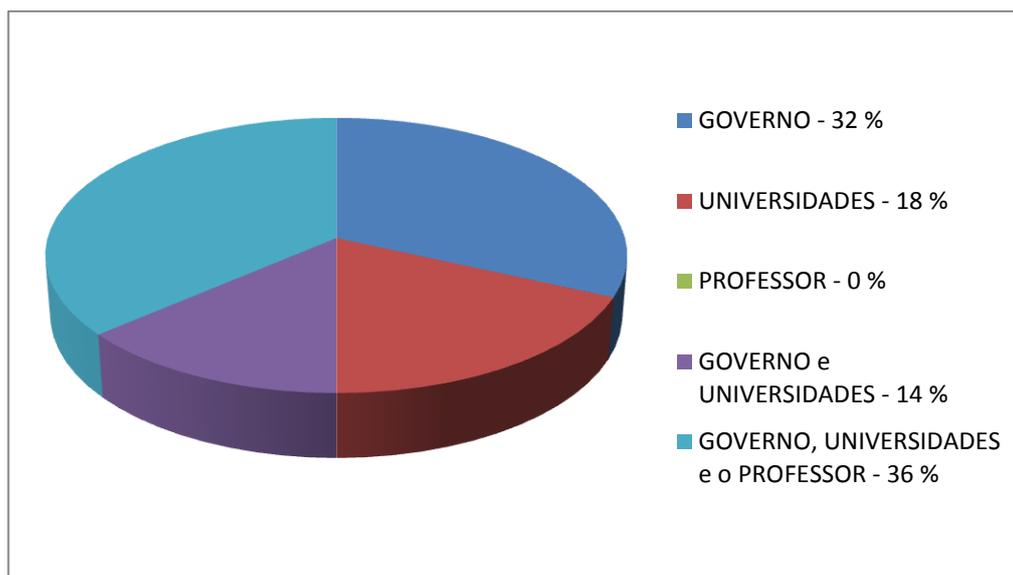


Figura 9 – Quem Deve suprir a Falta De Formação Do Professor Para Trabalhar Com o aluno Incluído – Colégio Estadual Costa Monteiro – Nova Esperança, 2012.

O professor geralmente não tem formação adequada e nem sempre está preparado para trabalhar com o aluno incluído. De acordo com as Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica, os sistemas de ensino garantem professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns. As opiniões dos professores entrevistados divergiram com relação a quem deve suprir a falta de formação dos educadores para trabalhar com o aluno incluído. O resultado está expresso na Figura 9.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse estudo apresentou alguns dados que permitem uma reflexão sobre vários aspectos que tem permeado a inclusão de alunos com necessidades especiais, nesse caso, do aluno cego no Sistema Regular de Ensino. A realidade aqui constatada não difere em nada do que acontece nas demais regiões do país. A inclusão é lei, mas as escolas públicas têm muito a construir para que esta ocorra com mais eficiência, com igualdade de condições, com justiça diante de tanta diversidade.

Foi verificado nessa pesquisa que de fato as escolas públicas do Município de Nova Esperança, em especial, o Colégio Estadual Costa Monteiro, encontram dificuldades para que a educação inclusiva aconteça, pois, a maioria dos professores não tem formação adequada e não se sentem preparados para trabalhar com alunos com necessidades especiais. Os profissionais da educação se formam, sem ter na sua graduação disciplinas específicas que os qualifiquem para lidar com a escola inclusiva.

A formação continuada que o governo oferece não é suficiente para que o professor esteja apto para enfrentar essas situações e quando se fala em responsabilidade sobre a sua formação, com relação à inclusão, não se obtém um senso comum, pois existe uma divergência de opiniões dos educadores sobre o assunto.

A inclusão do aluno com necessidade especial não é um trabalho que deve acontecer solitário, exige uma transformação no sistema escolar, junto com a família e a comunidade. É um trabalho que deve ser realizado em conjunto. O educador, comprometido com a educação, pesquisa formas e orientação para desenvolver com o aluno incluso um trabalho que possa atender as suas necessidades. A escola deve estar organizada com políticas educacionais e preparada para desempenhar a sua função social. O governo deve promover condições materiais e pedagógicas para que a inclusão aconteça. As universidades devem colaborar, adequando-se, para qualificar os professores durante a sua graduação, enfim, cada um deve fazer a sua parte, conscientizar-se e contribuir para que se obtenha sucesso nesta corrente educativa, na qual, o maior beneficiário será o aluno incluso.

A escola inclusiva é um espaço de todos, que se baseia na igualdade e na diferença, garante uma educação igualitária, em que o aluno constrói o seu conhecimento de acordo com as suas aptidões e capacidades, expressa as suas opiniões, participa das atividades individualmente e em grupo e se desenvolve como cidadão.

Para que o processo de inclusão educacional ocorra efetivamente, assegurando o direito à igualdade com oportunidades, é indispensável a revitalização dos Projetos Políticos Pedagógicos das escolas e do suporte da SEED, através da provisão de recursos humanos, técnicos e tecnológicos conforme previsto na deliberação nº 02/03 – CEE.

Para atender a todos e atender adequadamente, a escola precisa mudar e essa mudança não pode acontecer por Decreto, ela deve acontecer no coletivo da escola, levando em consideração a sua realidade e peculiaridade ali presentes. Cada escola terá que encontrar soluções próprias para os seus problemas e isso só será possível quando o individual se tornar coletivo e cada uma é única e precisa ser, como os seus alunos, reconhecida e valorizada nas suas diferenças.

REFERÊNCIAS

Legais da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva/Secretária de Educação Especial. - Brasília: Secretária de Educação Especial, 2010.

MARCONI, Marina de Andrade e LAKATOS, Eva Maria . **Fundamentos de metodologia científica**/. - 7.ed. - São Paulo: Atlas, 2010.

MATOAN, Maria Teresa Eglér. O **atendimento educacional especializado na educação inclusiva** in Inclusão Revista da Educação Especial, v.5, n.1 janeiro/julho - Brasília: Secretária de Educação Especial, 2010.

_____**Inclusão Escolar: O que é? Por quê? Como Fazer?**. 2 Ed. São Paulo: Moderna, 2006.

PORTAL DIA A DIA EDUCAÇÃO. **Educadores**. Disponível em: <<http://www.educacao.pr.gov.br/>> Acesso em: 09/10/2012

ROSA, Suely Pereira da Silva. **Fundamentos teóricos e metodológicos da inclusão**. - Curitiba: IESDE, 2004.

SÁ, Elizabet Dias de. **Deficiência visual**/Elizabet Dias de Sá, Izilda Maria de Campos, Myriam Beatriz Campolina Silva. - São Paulo: MEC/SEESP, 2007.

_____**Os alunos com Deficiência visual: baixa visão e cegueira**/Elizabet Dias de Sá, Izilda Maria de Campos, Myriam Beatriz Campolina Silva. -Brasília: MEC/SEESP, 2010.

SASSAKI, K.R. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

APÊNDICE

APÊNDICE A: QUESTIONÁRIO DE PESQUISA – FORMAÇÃO DE PROFESSORES E INCLUSÃO

Os dados serão para pesquisa e elaboração de Monografia do curso de Pós-Graduação: Métodos e Técnicas de Ensino, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – Câmpus Medianeira – Pólo de Paranaíba. Não é necessária a sua identificação.

RESPONSÁVEL: Rosiméry Teresinha Balestieri Caetano

1.Data: __/__/__ Município _____

1.1.Sexo: Masc.() Fem.() 1.2.Idade: _____

1.3.Estado civil: solteira/o()casada/o()companheira/o()separada/o ou divorciada/o ()
viúva/o

2.Profissão: _____ 2.1.Disciplina: _____

2.2. Escola Pública ()QPM()PSS ()

2.3.Tempo de serviço: ()menos de 1 ano ()entre 1 e 5 anos ()entre 5 e 9 anos
()entre 9 e 13 anos ()entre 13 e 17 anos ()entre 17 e 21 anos ()entre 21 e 25 anos.

2.4. Participou de cursos ou treinamentos nos últimos 2 anos para a atividade que exerce?
Sim() Não() Se sim, especifique o(s) curso(s) que participou.

3. Escolaridade:

Universitário () completo () incompleto ()

Qual curso _____

Pós-Graduação: Especialização em: _____

4. A legislação garante o acesso e a permanência do aluno incluso no ensino regular, entre outros direitos. Na sua opinião, o governo está promovendo as condições materiais e pedagógicas para que os alunos com necessidades especiais sejam realmente integrados no processo ensino-aprendizagem que a escola pública oferece?

() Sim () Não

Justifique sua resposta: _____

5. Você teve disciplinas específicas na sua graduação, que o (a) qualifica para trabalhar com aluno incluído? () Sim () Não

6. Você acredita que as escolas públicas estão cumprindo a sua função social de escola inclusiva? () Sim () Não

7. Você se sente bem preparado (a) para trabalhar com o aluno deficiente visual?

() Sim () Não

Justifique sua resposta: _____

8. Tem facilidade em dar atendimento ao aluno cego?

() Sim () Não

Se sim, diga porque _____

9. Que necessidade especial é mais complicada para trabalhar?

() Auditiva

() Visual

() Mental

10. O professor(a) geralmente não tem formação adequada e nem sempre está preparado para trabalhar com aluno incluído. Na sua opinião, quem deve suprir essa falha é:

() Governo, oferecendo cursos de formação continuada.

() Universidades, oferecendo cursos de formação continuada e disciplinas específicas na graduação.

() Iniciativa do professor, em buscar formação adequada.

Justifique sua resposta: _____

